

Recensões

visão de conjunto da herança da cultura clássica na literatura portuguesa contemporânea.

Duas comunicações traçam o percurso acidentado do ensino dos estudos clássicos, em geral, e das línguas clássicas, em particular, no nosso país. Referimo-nos a («O ensino das Línguas Clássicas em Portugal – da reforma pombalina ao Curso Superior de Letras», pp. 431-448) de Victor Jabouille e a («Os Estudos Clássicos entre a I República e a actualidade. Evolução e novas perspectivas», pp. 449-463) de M. H. da Rocha Pereira.

Consideramos, portanto, que a publicação deste volume constitui um contributo importante para uma reflexão renovada e interdisciplinar sobre o legado clássico na cultura portuguesa. Por isso, entendemos que foi extremamente meritória a iniciativa da Associação Portuguesa de Estudos Clássicos/Instituto de Estudos Clássicos, fazendo, desde já, votos de que venha, em breve, a ter prosseguimento.

ANTÓNIO ANDRADE

António Afonso Borregana, *Gramática Latina*, Lisboa, Lisboa Editora, 1999

Na sequência da edição anterior de manuais de Latim para o 10.º, 11.º e 12.º anos, A. Borregana publicou a obra em epígrafe, por forma a servir de manual de apoio para os alunos de Latim do Ensino Secundário. Ainda que o autor refira que não deixou de ter em conta os novos modelos de gramáticas latinas editados nos últimos anos, em vários países, verificamos, no entanto, que a descrição da língua é feita de acordo com a tradicional gramática descritiva, sem introduzir diferenças de abordagem significativas em relação às gramáticas de Latim, já existentes em língua portuguesa. De facto, o autor pretende, tal como ele próprio afirma, colocar à disposição dos alunos «uma gramática de modelo clássico, descritiva da língua, com regras formuladas clara e sinteticamente, e sempre confirmadas com exemplos variados e esclarecedores» (p. 15).

À semelhança do que tem sido feito em outros países europeus, inclusive com gramáticas de uso escolar para níveis iniciais e médios, julgamos que teria sido útil reformular o tratamento de algumas questões, em particular de ordem morfossintáctica, aproveitando para o efeito os novos modelos de análise disponibilizados nas últimas décadas pela constante evolução da fonética, morfologia, sintaxe e semântica. O tratamento de questões de sintaxe oracional como as proposições condicionais ou as relativas, e a análise do sistema demonstrativo/fórico latino, para apresentar apenas alguns exemplos, muito teriam a ganhar com novas abordagens mais

Recensões

esclarecedoras que a simples descrição de usos ou a tradicional enunciação de regras e excepções.

Há uma certa indefinição no estabelecimento dos períodos do Latim (pp. 18-19) e, em parte alguma, o autor toma posição sobre qual o período ou períodos que subjazem à sua descrição da língua. Consideramos importante sublinhar este aspecto, pois os alunos do Ensino Secundário necessitam de possuir uma consciência clara da evolução diacrónica da língua, quando analisam autores de períodos tão díspares como Plauto ou Santo Agostinho.

Não concordamos com a manutenção das grafias 'v/j' em vez de 'u/i' e muito menos com a grafia 'U' em vez de 'V' em vocábulos como «Unus» (p. 59), «Undetriginta» (p. 62), «Uter» (p. 69), para dar apenas alguns exemplos. Preferimos, por outro lado, a forma iambo a jambo.

Outra questão prende-se com a deficiente identificação dos exemplos aduzidos. Nas citações, refere-se apenas o autor sem nunca se identificar a obra nem o passo respectivo; apresentam-se, por vezes, frases incompletas, quando era essencial ter a noção do conjunto: exemplo sintomático é o que concerne aos pronomes relativos/proposições relativas. Para ilustrar o duplo valor de pronome e determinante relativo, o autor apresenta os seguintes exemplos: «Qui homines»/«Quae mulieres» *versus* «Paulus qui in foro est...»/«Paulus quem in foro videmus...» (p. 68); mais adiante, ao estabelecer o tipo de concordância entre o pronome relativo e o seu antecedente, volta a apresentar exemplos como «Femina quae te videt...» ou «Feminae quae te vident...» (p. 154). Pensamos ser necessário apresentar frases completas em todos os casos, sobretudo nos exemplos dados para os chamados pronomes relativos adjuntos, pois a análise dessas frases implicaria forçosamente uma reflexão sobre questões mais complexas como o valor sintáctico do pronome relativo, os tipos de orações relativas ou a chamada 'atracção do relativo'.

No que respeita à morfologia nominal, mais concretamente ao 2.º tipo dos temas em *o/e* (p. 36-37), não se compreende a distinção estabelecida entre o paradigma de *puer* e *ager*: «os que se declinam como *puer* (todos masculinos) convém separá-los em dois grupos: os que conservam o *e* do nominativo em todos os casos ... os que perdem o *e* em todos os casos excepto no nominativo e vocativo do singular» (p. 37). A mesma distinção volta a ser feita no caso dos adjectivos (p. 52). Com efeito, à luz da morfologia histórica da língua, esta distinção, tal como está formulada, não tem justificação.

No tratamento dos temas em consoante e em *-i*, terceira declinação (pp. 38-42), julgamos incorrecta, tal como se apresenta, a associação dos primeiros aos imparissilábicos e dos segundos aos parissilábicos, ainda que esta se faça apenas por uma questão metodológica. A apresentação dos paradigmas de tema em consoante carece de uma lógica explicativa ao nível da formação dos casos nominativo/vocativo e respectiva divisão sigmáticos

Recensões

/assigmáticos, a fim de que se possa compreender/racionalizar a formação dos diferentes temas em consoante. Esta análise poderia servir de base para efectuar a distinção entre temas em consoante e temas em *-i*. Para encontrar o tema dos nomes da terceira declinação, o autor propõe a supressão da desinência *-um* do genitivo do plural (obs. 1, p. 39); sabemos, porém, que este procedimento não surte efeito, pois os alunos, na maior parte dos casos, não têm acesso à forma de genitivo plural nem no texto nem no dicionário. Tanto nos quadros de declinação dos temas em *-i*, como nos exemplos referidos (p. 40-41), não se apresenta o modelo de *imber, imbris*.

No tratamento dos adjectivos, consideramos ser preferível a instituição de um paradigma para os adjectivos de tema em consoante (*uetus, ueteris*).

Na morfologia verbal, importa esclarecer alguns pontos. O autor, na tentativa de facilitar a identificação do tema verbal, afirma: «Para se encontrar o tema geral de um verbo...» (p. 76). Não se entende, concretamente, o alcance do termo 'geral'. Mais adiante (p. 77), apontam-se quatro séries (do presente, do infinitivo, do perfeito e do supino) e os tempos formados a partir de cada uma delas. Seria preferível estabelecer a distinção entre *infectum* e *perfectum*, e determinar os respectivos temas. Vejamos como o autor dá conta da formação de alguns tempos a partir da série do infinitivo: para o imperativo presente, parte do 'radical do infinitivo', *ama-*, que obtém a partir da supressão de *-re*, formando assim *ama*, a 2.^a pessoa singular do imperativo presente; para o imperfeito do conjuntivo, parte também do infinitivo, *amare*, ao qual acrescenta um *-m*, e obtém a 1.^a pessoa singular *amarem*. Em conclusão, não compreendemos como é possível apresentar a formação dos tempos deste modo.

Num apartado intitulado «Particularidades da conjugação activa», são incluídos no mesmo grupo os verbos *dico, duco, facio, fero* e seus compostos, pois «perdem o e final da 2.^a pessoa do singular do imperativo presente: *dic(e), duc(e), fac(e), fer(e)*» (p. 87). Ora, como sabemos, o verbo *fero* só abusivamente pode ser colocado neste grupo.

Os quadros gerais da conjugação verbal apresentam, habitualmente, a tradução da primeira pessoa do singular de cada um dos tempos. No entanto, essa correspondência não se faz nos quadros de conjugação dos verbos *fero* (p. 104), *uolo, nolo, e malo* (p. 105).

Uma palavra, ainda, em relação ao tratamento que é dado aos verbos defectivos. No que concerne ao grupo de verbos onde se incluem *memini, consuevi, noui, odi*, o autor afirma, sem mais explicações, que são formas de perfeito usadas no sentido de presente. Esperava-se, em nosso entender, outro tipo de formulação que justificasse o facto.

No capítulo da sintaxe, não se compreende como ao caso nominativo se faz corresponder a função de aposto e ao caso acusativo a função de

Recensões

aposto do complemento directo (p. 30); uma vez que o aposto concorda em caso com o termo que especifica, conclui-se que pode ser representado por qualquer caso latino. Não se alude à construção pessoal como forma possível de exprimir o sujeito indeterminado (p. 140). Aponta-se o uso do modo conjuntivo nas proposições temporais-causais sem, no entanto, haver a necessária indicação dos tempos utilizados (p. 219).

No apêndice dedicado à métrica, colocam-se sob a designação de eclipse dois fenómenos distintos — elisão e eclipse.

É de lamentar, ainda para mais num manual eminentemente didáctico, a existência de inúmeras ‘gralhas’ que passamos a referir: nomentânea por momentânea (p. 39), locuplex por locuples (p. 54), pugnauimus por pugnauimus e quae por quae (p. 68), vervo por verbo (p. 78), Aplologia por Haplologia (p. 86), credentum por credendum e oblativo por ablativo (p. 100), himabat por hiemabat (p. 125), sintáticas por sintácticas (p. 139 e 142), qualqer por qualquer e refens por reféns (p. 141), acjectivos por adjectivos (p. 143), adejectivos por adjectivos (p. 144), fortir por fortior (p. 147), vêm por vêem e vez por vês (p. 154), triumpho por triumpho e signficação por significação (p. 165), antonio por Antonio (p. 170), damnatus por damnatus (p. 215), propoter por propter (p. 217).

Certamente, por lapso, surge a frase «Mater et ejus filiam video.» em vez de «Matrem et ejus filiam video.» (p. 65).

O capítulo «XIII. Formação das palavras» merece a nossa aprovação pelo cuidado particular que presta à formação de palavras por derivação, dando conta, de forma exaustiva, dos diversos prefixos e sufixos que entram nesse processo.

Há que destacar ainda a boa qualidade gráfica da gramática.

A título de conclusão, consideramos que o manual em causa, apesar do que foi apontado, poderá ser útil a todos aqueles que optam por seguir os difíceis mas simultaneamente gratificantes caminhos da Língua do Lácio, alargando o leque de opções disponíveis quer para os docentes quer para os discentes, num mercado livreiro de pequena dimensão como é o nosso.

ANTÓNIO ANDRADE/ANTÓNIO GONÇALVES

Adriana Freire Nogueira, *As Quase Verdadeiras Aventuras de Hércules*, Queluz, Alda Editores, 1997.

É com toda a satisfação que vemos editada uma nova obra de temática clássica destinada ao público juvenil. Sendo este unanimemente reconhecido como fiel seguidor e ávido consumidor de heróis, não será de estranhar vê-lo entusiasmado com as aventuras de um ser de capacidades extraordinárias que regressa do passado: Hércules.